



A EDUCAÇÃO COMO MECANISMO PARA A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS PESCADORES DA COLÔNIA Z-7 EM AUTAZES-AM

Cristiene Ramos da Silva
Liliane Lacerda Fleuri
Sandra Cristina da Costa Dirane
Suzana Ferreira Lima

RESUMO: Este artigo propõe caracterizar a educação como mecanismo para a organização política dos pescadores da Colônia de Pescadores Z-7 em Autazes-AM, de forma a estudar a educação como instrumentalidade para organização política dos pescadores, considerando que a história de organização política dos pescadores na região Amazônica marca a luta pelo direito do uso dos recursos pesqueiros e o acesso a bens e serviços sociais, exigindo que estes se coloquem de forma articulada nos espaços de tomada de decisão. Para tanto, o estudo desenvolveu-se por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Com base na pesquisa, destaca-se que a organização política dos pescadores tem possibilitado acesso a diversos bens e serviços sociais, com enfoque nos direitos trabalhistas no que concerne ao exercício da atividade pesqueira, tratando-se aqui do seguro defeso. Dessa forma, os pescadores passam a encontrar na organização política uma estratégia de acesso os recursos pesqueiros, a partir da implantação de acordos de pesca e políticas para o setor pesqueiro, apesar das fragilidades ainda presentes no processo de representação política.

Palavras-chave: Organização Política, Educação, Políticas Sociais

ABSTRACT: This article proposes to characterize education as a mechanism for the political organization of fishermen of the Z-7 Fishermen's Colony in Autazes-AM, in order to study education as an instrumentality for the political organization of fishermen, considering that the history of political organization of fishermen in Amazon Region marks the struggle for the right to use fishing resources and access to social goods and services, requiring them to be articulated in decision-making spaces. For this, the study was developed through bibliographical, documentary and field research. Based on the research, it is worth noting that the political organization of the fishermen has made possible access to several social goods and services, with focus on labor rights with regard to the fishing activity, in this case the insurance is closed. In this way, fishermen find in the political organization a strategy of access to fishing resources, starting with the implementation of fisheries agreements and policies for the fishing sector, despite the weaknesses still present in the process of political representation.

Keywords: Political Organization, Education, Social Policies.

1. INTRODUÇÃO

O artigo apresenta um recorte metodológico dos resultados do trabalho de conclusão de curso no curso de Serviço Social, o qual está inserido no estudo maior de projeto de doutorado acerca da caracterização da educação como mecanismo para a organização política dos pescadores da Colônia de Pescadores Z-7 em Autazes-AM, o qual versa o debate sobre a educação como instrumentalidade para organização política dos pescadores.

A organização política dos pescadores articula-se a um conjunto de mudanças ocorridas no setor da pesca ao longo da história da região. A partir dessas mudanças, fez-se necessário compreender o processo de construção da organização política dos pescadores materializada nos movimentos sociais de pescadores.

Os pescadores constituem parte de um conjunto diversificado de segmentos sociais na Amazônia, os quais possuem características próprias a partir de suas crenças, mitos, costumes etc. Constituindo uma identidade singular, que mesmo desenvolvendo uma pluralidade de atividades produtivas, possui como identidade, a de pescador.

Além disso, a organização política dos pescadores articula-se a um conjunto de mudanças ocorridas no setor da pesca ao longo da história da região. A partir dessas mudanças, fez-se necessário compreender o processo de construção da organização política dos pescadores materializada nos movimentos sociais de pescadores.

Assim, a relevância deste artigo pauta-se na necessidade de expor a educação como mecanismo de organização política dos pescadores associados na Colônia de Pescadores Z-7, caracterizando ainda organização política dos pescadores em Autazes, tendo em vista que os estudos relacionados aos pescadores centra-se estudos relacionados a ictiofauna e manuseio do mercado. Assim, estudar a organização dos pescadores nos remete a compreender que a educação formal é um elemento fundamental para seu fortalecimento tanto da categoria e principalmente de seus representantes.

O procedimento metodológico para produção deste artigo, bem como condução da pesquisa, partiu-se da pesquisa documental, bibliográfica, documental e de campo, o que possibilitou a construção do referencial teórico da pesquisa, bem como caracterizar a realidade da Colônia de Pescadores Z-7 em Autazes no Estado do Amazonas. A Colônia de Pescadores de Autazes Z-7 no Amazonas é uma empresa privada que atua na área de organizações profissionais da pesca, fundada em 1968.

O estudo permitiu identificar que os pescadores passam a encontrar na organização política uma possibilidade de acesso aos recursos pesqueiros e bens e serviços sociais, assistência, direitos sociais e trabalhistas no que concerne ao exercício da atividade, seja no meio urbano ou rural. Destarte, compreende-se que tal organização tem sido importante para que os pescadores articulem um conjunto de lutas para garantia de direitos, tantos sociais como de apropriação e gestão dos recursos pesqueiros, ainda que se perceba dificuldades no processo de posicionamento político e apropriação dos instrumentos legais que norteiam os direitos e benefícios no setor da pesca.

Um primeiro ensaio dos resultados, apontam a fragilidade na educação formal dos pescadores, sendo um indicador limitador para melhor organização política dos pescadores, tendo em vista que a educação influencia no modo como os representantes dos pescadores dialogam com o poder público e órgãos externos aos movimentos da pesca, bem como o modo como negociam como os agentes externos representantes do poder público. Pois, segundo relato dos pescadores a baixa escolaridade limita o posicionamento político dos mesmos no espaço de tomada de decisão.

Ressalta-se que no processo de organização política, o perfil educacional dos pescadores, sobretudo das lideranças políticas, apresenta-se como mecanismo para o fortalecimento da organização política destes sujeitos, tendo em vista que possibilita manuseio e compreensão dos instrumentos legais. Assim, a educação formal e não formal se constitui como instrumento unificador de forças políticas dos pescadores nos espaços de tomada de decisão.

A partir deste artigo espera-se contribuir com as pesquisas no campo da organização política dos pescadores, bem como proporcionar subsídios para os sujeitos da pesquisa, pescadores vinculados na colônia de Pescadores em Autazes. Além disso, compreende-se que a pesquisa contribui a medida que produz documentos para subsidiar as reivindicações junto ao poder público.

2. DESENVOLVIMENTO

A educação se configura como um processo de construção da cidadania, extrapolando a visão do apenas aprender a ler e escrever. Além disso, se constitui como direito de todo cidadão. Assim, o tema do artigo que trata sobre a educação como mecanismo para organização política dos pescadores da Colônia de Pescadores Z-7 no município de Autazes no Amazonas.

Assim, considerando que o Epppac “tem como objetivo consolidar-se enquanto espaço de discussão e propostas de políticas públicas para a Pan Amazônia e Caribe, privilegiando as ações investigativas nas áreas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas”, compreendemos a relevância do trabalho ora apresentado, pois a educação como direito é pauta de debate de pesquisadores, profissionais da educação e da sociedade civil. Dessa forma, compreender a importância da educação como mecanismo de fortalecimento da organização política dos pescadores tem relevância a medida que a comunidade acadêmica, bem como o Estado precisa compreender a dinâmica das comunidades, especialmente, dos pescadores – sujeitos da pesquisa.

Para tanto, destaca-se que os pescadores desenvolvem um conjunto de atividades produtivas, porém se identificam como pescadores, considerando-a como atividade principal, observando-se que a identidade está ligada diretamente com a atividade produtiva, bem como com a identidade organizativa.

Nos últimos 20 anos destaca-se a preocupação relacionada ao manejo pesqueiro, onde identifica-se a ausência do Estado na criação de políticas que atendam às necessidades da comunidade local, evidenciando-se a ausência de educação formal desses pescadores. Sendo a educação um fator preponderante nas comunidades ribeirinhas, principalmente, no que se refere ao fortalecimento dos movimentos sociais no desenvolvimento da comunidade. Sachs (2000, p.38) afirma que a escola teria que configurar como uma espécie de “agência local de desenvolvimento, envolvendo sistematicamente as crianças na gestão dos negócios da comunidade e dando-lhes o sentido de responsabilidade de cidadania como *quantum* de informações de valores científicos”.

Rampazo (2005, p.18) afirma, que "o conhecimento popular é o conhecimento do povo que nasce da experiência do dia-a-dia: por isso é chamado de empírico [...] é igualmente popular [...], em geral, o lavrador iletrado tem das coisas do campo". Da mesma forma é o pescador ribeirinho que possui conhecimento sobre a natureza passando esse por gerações, relacionando esse à vivência. Vale enfatizar que, na sociedade contemporânea o conhecimento tradicional ainda não ganha lugar, efetivamente, nas estratégias educacionais no âmbito das políticas de educação. Ainda, que essa preocupação se apresente no discurso do poder público.

A relação da educação com a organização política dos pescadores, pauta-se na compreensão da nova configuração do Estado, onde a partir de um caráter democrático, permite a participação social, a exemplo dos pescadores, na tomada de decisão. Nesse contexto, observa-se duas questões: 1) a habilidade dos pescadores no manuseio do recurso

pesqueiro e conhecimento da experiência empírica da pesca, tanto no que se refere ao recurso pesqueiro propriamente dito, como na defesa dos interesses coletivos; 2) fragilidades na competência, referente a defesa desses mesmos interesses nos espaços de tomada de decisão, desencadeado pela falta de posicionamento mais contundente nos espaços políticos, tendo como indicador a fragilidade da educação, pois no campo da tomada de decisão é exigido dos agentes envolvidos o conhecimento e apropriação dos instrumentos legais que formalizam o contexto da pesca.

A partir desse entendimento, ressalta-se que a organização política dos pescadores no âmbito da nova configuração do estado, sobretudo, no que se refere ao processo de controle social, o qual permite a participação desses pescadores na tomada de decisão, visualiza-se apesar da habilidade que estes possuem no contexto da pesca, ainda observa-se fragilidades no que concerne ao posicionamento mais contundente no quesito político. A esse respeito relaciona-se com a fragilidade da educação desses como ponto culminante para esse processo de busca de direitos sociais.

Pois, a participação dos pescadores nos espaços de tomada de decisão, exige conhecimento e instrumentalidade no manuseio e defesa dos direitos contidos nos instrumentos legais, porém conhecer e argumentar com base nesses instrumentos é de difícil acesso e compreensão por parte da maioria dos pescadores, o que influencia diretamente no modo como estes se posicionam.

Nesse sentido, destaca-se que a educação se constitui como mecanismo de instrumentalidade para o posicionamento político dos pescadores no processo de tomada de decisão. Pois, à medida que os pescadores se apropriam dos instrumentos legais do contexto da pesca, maior efetividade de representação na defesa dos interesses desses se fortalecem, tendo em vista que a educação formal se constitui, em seu sentido pleno no que se refere a formação de cidadãos políticos, como direitos de todos.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem destaca no artigo 26: “Toda pessoa tem direito a educação. A educação deve visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e ao fortalecimento do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais”. Nesse contexto, é direito de todos o acesso à educação como forma de emancipação humana, cabendo ao Estado prover meios para tais, percebendo-se no campo uma lacuna ao processo educacional.

No entanto, observa-se a fragilidade no contexto das escolas na área urbana, agravando-se no contexto rural. Assim, as deficiências da escola rural em parte se apresenta

como determinante que influencia na vida dos trabalhadores rurais, a exemplo dos pescadores. Para Pimenta (2002), o fato de as escolas, no país, terem sido concebidas, inicialmente, para a educação das elites, acabou por determinar um descompasso entre a educação dos centros urbanos e a educação rural. Segundo o autor:

Esse descompasso vem se materializando na inexistência de um sistema educacional de qualidade que ofereça educação básica no meio rural, porque, mesmo de forma insatisfatória, o Estado assumiu a responsabilidade do sistema escolar urbano, enquanto que no meio rural, na maioria das regiões brasileiras até a década de 1970, nem grupos escolares tinham sido construídos. Ficava a cargo da iniciativa de particulares e da comunidade a construção ou improvisação de prédio para funcionamento das escolas. (PIMENTA, 2002, p.46).

Como não é possível compreender a educação fora do contexto social, precisa-se entender a organização política no processo da luta por direitos. Nesse contexto, a organização política é entendida como a capacidade de um grupo de se organizar, articulando-se através de movimentos sociais. Assim, a organização pauta-se como um elemento do movimento social, onde uma classe organizada tem maior possibilidade de se posicionar para reivindicar seu direito (PIMENTA, 2002).

Do ponto de vista social, a pesca historicamente vem possibilitando o estabelecimento de relações sociais no setor da pesca, constituindo-se em um processo de organização social particular para realização da atividade da pesca. Do ponto de vista político, os pescadores organizam-se para o enfrentamento das adversidades vivenciadas no contexto da pesca, os quais buscam resistir desde a concorrência de métodos mais modernos de captura de pescado à luta contra a entrada de comerciantes não- pescadores, que se instalam no contexto da pesca (OLIVEIRA, 2007).

Nesse contexto, destaca-se que a história de luta e de organização social e política dos pescadores na região Amazônica marcam a luta pelo direito do uso dos recursos pesqueiros em decorrência da grande intensificação da pesca e inserção de novos atores sociais na atividade pesqueira (OLIVEIRA, 2007).

No âmbito da política social, as comunidades e os pescadores intervêm através de suas lideranças. Contudo, ainda são extremamente poucos os que se envolvem efetivamente no processo de participação política. Conforme resultados preliminares da pesquisa, aponta-se que a baixa participação ocorre pela falta de apropriação e devido conhecimento para lidar com questões políticas, existindo assim uma fragilidade por “entenderem” que não possuem a “competência técnica” para a compreensão, operacionalização e questionamento das leis.

Ressalta-se, que no que se refere a capacitação ofertada pelos órgãos públicos, esta acaba por atender os interesses do Estado, pois a capacitação dos pescadores conduz para uma postura passiva, onde os mesmos, por receberem subsídios do Estado, não “podem” se posicionar de forma mais contundente. Assim, os pescadores tornando-os alvos de interesses antagônicos.

Para Demo (2001) há necessidade de trabalhar a organização política enquanto ponto decisivo e emancipatório no confronto entre sociedade e Estado, já que este último detentor da hegemonia acaba por direcionar muitas vezes a atuação dos movimentos [...], o Estado define a forma de atuação, bem como os líderes. A esse respeito pode-se afirmar que o Estado é um grande articulador das forças hegemônicas, motivo pelo qual o torna forte (Demo, 2001).

Dentro de um estado democrático de direito, a dignidade humana vem a ser um dos principais princípios que estruturam o Estado. Ao que se afirmar na declaração dos direitos humanos: toda pessoa tem o direito de ser reconhecida como tal perante a Lei em qualquer lugar. Nessa perspectiva, Scherer-Warren (2006) afirma que esse “espírito democrático” incorpora novos significados, incorporando na democracia não só mecanismos universais abstratos de “igualitarismos” (civis, de direitos políticos, etc.), mas de reconhecimentos aos direitos à diferença (cultural, étnica, de gênero, etária, etc.) (p. 102).

Para Chaves (2001) a condição dos pescadores se configura enquanto segmento empobrecido da zona rural e distante dos processos decisórios que definem políticas públicas que influenciam definitivamente a realidade local. Chaves et al (2004) afirma que a defesa do exercício da prática da pesca, por exemplo, e o acesso aos direitos trabalhistas e sociais dos pescadores “varia conforme o nível de organização e mobilização política da entidade representativa da categoria a qual pertence” (p.126).

4. NOTA CONCLUSIVA

Estudar a organização dos pescadores nos remete a compreender que a educação é um elemento fundamental para seu fortalecimento. Onde partindo da lógica do direito de uma sociedade é seguir princípios éticos e moral, baseando-se nas necessidades dos seres humanos e não nas necessidades do mercado. O analfabetismo e o precário acesso às informações e a educação formal no meio rural, contribuem para uma diferenciação dos padrões de comunicação, culminando a diversos fatores de vulnerabilidade social dos pescadores.

Nesse contexto, destaca-se que os pescadores precisam acessar a educação, tendo em vista que estes consideram uma ferramenta de articulação para atuar na conjuntura atual, de

forma a possibilitar a transformação de culturas políticas arraigadas para uma classe minoritária em cultura política transformadora e emancipatória da humanidade, pois o trabalhador precisa dessa condição transformadora, até como meio de sobreviver a ordem vigente.

Pois, os pescadores em muitos casos acabam se sentindo manipulados em processos de tomada de decisão, em decorrência da não apropriação de documentos técnicos, onde a experiência empírica da participação política não consegue mais dar conta do contexto complexo que vivemos. Além disso, a educação se configura como fator preponderante nas comunidades ribeirinhas e ainda um elemento fundamental para o fortalecimento dos movimentos sociais no desenvolvimento da comunidade.

REFERÊNCIAS

- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- CHAVES, Ma. Do P. Socorro R. **As condições de Vida e de Uso dos Recursos pelos moradores do Parque Nacional do Jaú**. IN: Janelas para a Biodiversidade no Parque Nacional do Jaú: uma estratégia para o estudo da biodiversidade na Amazônia. FVA, Manaus, 2004. (p. 63 a 78).
- _____. **As condições de Vida e de Uso dos Recursos pelos moradores do Parque Nacional do Jaú**. IN: Janelas para a Biodiversidade no Parque Nacional do Jaú: uma estratégia para o estudo da biodiversidade na Amazônia. FVA, Manaus, 2004. (p. 63 a 78).
- DEMO, Pedro. **Pobreza Política**:. 6ª ed. Campinas/SP: Coleção Polêmicas do nosso tempo; v.27), 2001.
- OLIVEIRA, Maria Francenilda Gualberto de Oliveira. A organização política dos pescadores ribeirinhos da comunidade de Tauarú-Taabatinga. Dissertação. Universidade Federal do Amazonas, 2007.
- PIMENTA, L. F. M. **Por uma nova Educação Rural voltada ao Desenvolvimento Regional Sustentável**. Disponível em: http://www.cndrs.org.br/documentos_forum/2002/07/nova_educacao_rural.doc, 2002. Acesso em: 17/04/2017.
- RAMPAZO, L. **Metodologia científica: para alunos dos cursos de graduação e pós graduação**. 3ª edição, As Paulo: Loyola,2005. P. 17-27.
- SARLET, I. W. **Dignidade da Pessoa Humana e os Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 7ª ed., ver. E atual. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2009.
- SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento sustentável, bio-industrialização descentralizada e novas configurações rural-urbanas: os casos da Índia e do Brasil**. IN: Gestão de Recursos Renováveis e Desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental. 3ª ed. Cortez: São Paulo, 2002. (p.115 a 146).
- SOBREIRO, T.; SOUZA, L.A.de; FREITAS, CE. de C. **Manejo dos recursos pesqueiros no médio rio negro**. Manaus: EDUA, 2006.